



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 15 DE MAIO DE 2001

Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; meus companheiros de mesa; todas as autoridades, aqui, já mencionadas pelos que me antecederam; Senhoras e Senhores,

Quero, como é de praxe, e como foi feito pelos que me antecederam, iniciar por congratular-me com o Ministério do Planejamento, com o Conselho Federal de Contabilidade e com o Instituto Ethos por esta iniciativa.

O Ministro Martus Tavares mencionou o fato de que se trata de uma iniciativa espontânea e, muitas vezes, elas são espontâneas mas vêm carregadas de segundas intenções, buscando apoios governamentais. Desta vez, não. Não só é espontânea, na sua origem, como dispensou qualquer outra forma de ajuda que não fosse a ajuda da presença dos que, aqui, estão para debater uma questão dessa importância.

Acho que, realmente, nada melhor para comemorar este primeiro aniversário da Lei de Responsabilidade Fiscal, do que podermos reunir, aqui, autoridades, intelectuais, consultores, jornalistas, todos pessoas que têm afinidade com a questão fiscal e que, portanto, estão capacita-

dos a avaliar o impacto desta lei sobre o modo como estamos tentando reorganizar a gestão pública no País.

Quero, portanto, por antecipação, agradecer os comentários que serão feitos e, talvez, juntar algum comentário, ou melhor, antecipar algum comentário porque participei, ativamente, da discussão dessa lei com o Ministro Martus Tavares, com os demais membros do Governo e considero que esta lei é, realmente, um divisor de águas na história da administração pública brasileira. Desde o início, ela foi objeto de concurso de vontades. E esse concurso tinha, também, um pano de fundo — não era apenas a ação dos técnicos e dos políticos mais diretamente ligados ao tema, mas, na verdade, do eleitor e do contribuinte, essa é que é a verdade.

Essa lei responde ao anseio que vai além dos limites da burocracia estatal. Vai além das inquietações do Congresso Nacional e mesmo dos técnicos que lidam com essa matéria. Ela chama a atenção e, ao mesmo tempo, é uma resposta, por parte daqueles que são eleitores e são contribuintes. Basta dizer que, quando a colocamos em consulta pública, pela Internet, recebemos cerca de 5 mil sugestões. Esse é um aspecto importante para que se avalie o processo de tomada de decisão no Brasil de hoje. Ele é muito mais amplo, muito mais democrático, talvez por isso mesmo mais lento, exige mais compreensão, não se compagina com as intolerâncias, com a velocidade, com a autoridade que dá murro na mesa. Ele depende do diálogo, depende de compreender o movimento social. E há uma participação efetiva, crescente da cidadania desde o momento em que se elabora uma nova sugestão. E, graças ao mecanismos modernos de comunicação, como a Internet, foi possível, e é possível, ampliar muito a consulta e a ação direta dos cidadãos na elaboração dessa matéria.

Obviamente, no Congresso Nacional também repercutiu de uma maneira extraordinária todo este momento de exigência, de maior rigor na aplicação das leis orçamentárias, na gestão pública em geral e, especialmente, nos gastos públicos. Creio que é de se louvar que o Congresso tenha, num prazo curto, para uma lei dessa magnitude, contribuído de forma tão decisiva para que ela tivesse sido aprovada. Cor-

rigindo a lei, ampliando aqui e ali. E é uma lei que supôs, também, penalizações, que também foram aprovadas pelo Congresso Nacional.

Não conheço muitos exemplos da nossa história, no qual pessoas que, possivelmente, vão ser submetidas a essa lei, que vão ser Prefeitos, vão ser Governadores, quem sabe até Presidente, e que estão ali discutindo normas que restringem muito a tradição. A tradição que diz respeito justamente ao arbítrio, diz respeito justamente ao mandonismo, à capacidade de tudo poder fazer porque não há controles, e de tudo fazer depressa porque, também, não tem que se prestar conta a ninguém. O Congresso mudou isso. Acho que o Congresso foi sensível como todos nós estamos sendo, e temos que ser mesmo, ao que a sociedade, hoje, exige, que é uma eficiência, mas é, ao mesmo tempo, um princípio de responsabilidade e de preocupação com o equilíbrio das contas públicas. Isso não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno universal.

Chama a atenção que, na Europa, os Estados membros da União Européia têm conseguido alcançar um nível de déficit inferior àqueles que foram estabelecidos pelo Tratado de Maastricht. Lembro-me das dificuldades do Tratado de Maastricht. Se me permitem, uma vez estava na Itália e conversei com o então Primeiro Ministro Romano Prodi a respeito de como seria possível a Itália, que estava, naquela época, numa situação de grande déficit fiscal, alcançar um equilíbrio. E ele me disse: "Só há um caminho". É o Tratado de Maastricht, para fazer uma imposição de fora para dentro e obrigar as pessoas a terem a compreensão desse processo.

Pois bem, a Itália, com uma velocidade inacreditável, conseguiu se ajustar às normas de Maastricht. E refiro-me à Itália porque o Brasil tem algo, ou teve no passado, de semelhança com a Itália do passado. Uma certa percepção de que as coisas não podem seguir normas é que há sempre um *way out*, sempre um jeitinho, como nós dizemos, para resolver as questões. E assim não foi.

E não é só na Europa. Os Estados Unidos e o Canadá também. Nós vimos o que aconteceu nos Estados Unidos. Países que tinham déficits enormes, e agora nos dão inveja. Quando eu vejo o Presidente dos

Estados Unidos ir ao Congresso para falar sobre o que eles chamam o Estado da União, a discussão imensa entre os dois principais partidos é saber o que fazer com o superávit. Nós aqui ainda estamos na fase em tentar conseguir superávit. Mas eles, lá, discutem, com maneira apaixonada, que destino dar ao superávits. Isso não era assim há muito poucos anos nos Estados Unidos. Os déficits eram grandes e eram crescentes. Há de reconhecer-se também que na Ásia houve um esforço fiscal grande. E na América Latina está havendo esse esforço fiscal.

Agora, em Quebec, tivemos a reunião, recentemente, com os Chefes de Estado do hemisfério. Lá estava o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, do Partido Socialista. E, no tempo que eu vivia no Chile, ele não era nem sequer das alas mais moderadas do partido socialista. É um homem de visão e declarou em alto e bom som: equilíbrio fiscal não é de esquerda nem de direita, é responsabilidade de todos para com a cidadania.

Isso é um avanço extraordinário. Porque é mostrar que a responsabilidade do gestor da coisa pública, para com o seu contribuinte, o cidadão e para com o futuro, não pode estar submetida a pseudo-interpretações para dizer: os que querem aplicar as restrições fiscais são “de direita”, os que são “liberais” no gasto são de esquerda. Não! São irresponsáveis. A matéria aqui não é ideológica, é de responsabilidade. E isso foi dito com todas as letras, com muita simplicidade, pelo Presidente socialista do Chile. É o que fazem os socialistas franceses hoje, ao tentar aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal à moda de cada país etc., ou seja, reviver a noção de que a responsabilidade com o gasto público é um dever que não deve ser ideologizado.

Agora, é óbvio que isso tudo tem, como já disseram os que me antecederam, uma implicação de mudança cultural. Nós estamos vivendo um processo de mudança cultural. Profundo. Nós temos que entender que o que está havendo no Brasil é parte desse processo e é, no fundo, uma repulsa à confusão entre a Fazenda pública e a Fazenda privada.

Considera-se como Fazenda privada o uso do gasto público, mesmo que não seja para fins de apropriação indébita, para fins que não são apropriados, não são condizentes com os objetivos da sociedade. Isso é o que está acontecendo. E isso é uma tradição muito antiga. Sem querer

ofender meus ancestrais portugueses, vem da Casa de Avis. O Professor Raimundo Faoro já mostrava isso com muita tranquilidade. Essa visão patrimonialista implica uma certa confusão entre o público e o privado.

E nós tivemos, o tempo todo, da Colônia à República, exemplos abundantes disso, abundantes. Exemplos abundantes de que havia uma privatização do espaço público. Essa é a mentalidade que está mudando, é a não-aceitação mais da privatização do espaço público. Mudança de mentalidade. Agora, essas mudanças têm custo. Têm custo até do ponto de vista daqueles que tratam de liderá-las.

Alguma vez, nesta mesma sala, quando nós discutimos a questão da privatização do sistema telefônico – presente o meu saudoso amigo Sérgio Motta – foi feita alusão a uma observação de Maquiavel, que é muito conhecida. A dificuldade do reformador é que os que são contra percebem logo o que vão perder com as reformas. E os que são, eventualmente, beneficiários delas, não se percebem do benefício que vão obter. Muito frequentemente, o reformador fica isolado, porque não tem o apoio daqueles para os quais o seu gesto se orienta e tem o ódio daqueles que estão perdendo as suas situações de privilégios, suas situações tradicionais. Só que isso não deve ser razão para inibir o Ministro Martus. Ele é reformador, vai em frente. Não se preocupe com o que vierem a dizer a respeito dessa ou daquela intenção. Isso não conta. O que conta são os fatos que vão sendo, digamos, sedimentados, e que vão permitindo que haja, realmente, uma modificação nas práticas.

Nós estamos atravessando um momento importante, nesse sentido de mudanças de práticas. E essas mudanças contrariam, como eu disse aqui, muita gente. E custa perceber a quem beneficiam. Isso é em tudo. É também na questão do Orçamento, é também na questão da responsabilidade fiscal. Mas essa responsabilidade fiscal é um símbolo efetivo da ruptura com este estado de coisas que muitos aqui davam por perdido, por atávico, tanta era a tradição histórica de uma espécie de concubinato entre o público e o privado.

Essas práticas novas requerem até uma linguagem nova, e supõem um Estado, como eu gosto de dizer, sugando noutro contexto de Gramsci, um Estado poroso, quer dizer, um Estado que seja permeável à socieda-

de. Este seminário é um exemplo da porosidade do Estado. A capacidade que tem o Estado de abrir-se para que a sociedade, até mesmo dentro dele, possa participar das decisões. A Internet é um grande elemento de porosidade do Estado.

Isso é uma nova mudança. Nós temos que entender que esta lei faz parte da construção de um novo Estado no Brasil. De um Estado que tenha, realmente, esta capacidade efetiva de abrir-se à sociedade, sofrer as críticas, porque tem que sofrer essas críticas mesmo, corrigir quando estiver errado, mas de ter rumo e de ter capacidade de seguir certos valores e avançar nessa direção. Isso tudo supõe uma nova linguagem, e supõe explicação, supõe pedagogia.

Fez muito bem o Ministro Martus, ao agradecer à imprensa, que nesta matéria teve essa capacidade de explicar, explicar do que se trata. Porque nós estamos, na verdade, não apenas mudando uma legislação, um modo de organizar o Orçamento e dar mais responsabilidade aos Prefeitos, aos Governadores e ao Governo Federal. Estamos mudando, do ponto de vista da democracia, o relacionamento entre a sociedade e o Estado, e entre os vários segmentos e níveis do Estado.

Vejo diante o meu velho – velho não – colega e amigo Bolívar Lamounier – velho sou eu –, que foi um dos mais persistentes batalhadores nesta idéia, de que é preciso que se entenda o processo democrático e valorizar a democracia como alguma coisa realmente essencial para tudo o mais, para os direitos humanos, para a manutenção de uma sociedade aberta, pela liberdade e para a correção dos desvios.

Foi feita uma menção pelo Doutor José Serafim Abrantes a respeito dos vários órgãos do Estado que existem mesmo para a correção. Obviamente, nem este seminário e nem o Conselho Federal de Contabilidade, nem o Instituto Ethos, fazem parte do sistema, digamos, fiscalizador e muito menos repressivo. Há órgãos que são para isso. Mas, tão importante quanto esses órgãos, são as formas de associação que têm um outro caráter, que é um caráter político-didático, não político-partidário. Político-didático, de apoiar as mudanças e de mostrar o que elas implicam.

Os que temos experiência em lidar com a coisa pública, e aqui há muitos – vejo aqui o Ministro Mailson da Nóbrega, que saberá apreciar,

talvez até melhor do que eu, porque passou por uma fase de transformação, que foi a época da Constituinte – que saberão apreciar o que mudou no Brasil.

Quando fui Ministro da Fazenda – o Ministro Malan era Presidente do Banco Central – nós não dispúnhamos de mecanismos de controle, nem sequer de informação. Qual era a relação ente o Tesouro e o Banco Central? Caixa preta. Quais eram os compromissos assumidos pelo Brasil em vários níveis? Cadê os arquivos? Nada. Vivíamos um momento que era consequência, não do desmazelo dos dirigentes, mas da inflação, que havia corroído profundamente todas as instituições brasileiras, a um ponto tal que não se tinha por que preocupar-se demasiado com o Orçamento. O Orçamento era uma peça de ficção. Uma peça de fixação que o Congresso ajustava à sua maneira e o Ministro da Fazenda de outra maneira. Mas ambos ajustavam à sua ficção.

O Congresso provia o Estado de recursos inexistentes e comprometia o Estado com gastos que deveriam ser feitos com aqueles recursos que não existiam. E o Ministro da Fazenda – só falo por mim, que não quero atribuir aos outros esse mau procedimento – tinha o arbítrio, porque cortava o que queria. E, ao ter o arbítrio, mantinha o clientelismo, mantinha a capacidade de dizer “sim” a um e “não” a outro. E era o Ministro. Ou seja, era o Ministro da Fazenda quem decidia se haveria algum hospital, uma ponte, um estrada, um recurso para a agricultura. Era o Ministro. Nós fomos acabando com isso, progressivamente. Eu mesmo acabei bastante, na medida em que fomos atribuindo recursos globais para os Ministérios, e não discriminados.

Mas para acabar realmente com isso, era preciso acabar com a inflação e ter um Orçamento responsável. Aí, quero saudar o Congresso, que no ano passado deu uma demonstração disso. No ano passado houve um ajuste de Orçamento com esforço, como há muito tempo não se via. Haverá ainda, aí, gorduras, mas muito menores que as gorduras do passado. Houve esforço da Comissão Mista de Orçamento e houve diálogo da Comissão do Orçamento com o Executivo e com a sociedade, para que nós pudéssemos dispor de uma lei de meios realistas. Pela primeira vez, que eu me lembre, se discutiu salário mínimo com o

senso de responsabilidade, ou seja, quem paga, de onde vem o recurso. Porque o salário mínimo é simbólico.

Como todo mundo sabe das injustiças sociais, é fácil fazer demagogia ao redor delas e dizer: aumenta o mínimo. E depois não tem o recurso para pagar e vem a inflação, e o que se finge que deu com a mão, se tira com a outra. Desta vez, o Congresso ajustou os recursos para compaginá-los com a concessão do salário mínimo. É uma mudança de mentalidade. Aí, sim, é possível avançar e avançar com seriedade.

Acho, entretanto, que se tudo isso é verdade, se nós estamos mudando esta mentalidade, temos que entender que ainda estamos mudando dentro de um paradigma em que as forças que vão ter que apoiar a mudança são forças que, muitas vezes, se estão suicidando. E não é fácil fazê-las chegar ao suicídio. E como não há outro mecanismo, porque o mecanismo da democracia exige as maiorias, ou se tem as maiorias ou não se muda nada. E para ter-se a maioria, para que a maioria aprove leis que vão, no futuro, até mesmo acabar com partes dessa maioria, é preciso ter força política e capacidade de convencimento e apoio da sociedade. E, de novo, aí é um problema pedagógico.

E, de novo, aí, um instrumento como esse da Lei de Responsabilidade Fiscal é muito importante, mas é preciso que ele seja difundido apropriadamente, para que não se torne um instrumento de desmoralização daqueles que o propuseram, para que depois se diga: olha, está errado aqui, está errado ali, está errado acolá, sem que esteja.

Hoje, no Brasil, não há um gasto do Governo Federal, que não esteja à disposição de quem tem acesso à Internet e ao processo do Siafi. Não há um gasto que lá não esteja. Não há um gasto que tenha sido feito sem aprovação do Congresso Nacional. Não há um gasto que possa ultrapassar os limites orçamentários definidos pela lei orçamentária e pelas leis complementares que definem o nível desse limite. Portanto, não há maneira de o Executivo discriminar, até porque a liberação do Orçamento hoje é uma liberação que se faz sob o olhar da Comissão de Orçamento, sob a exigência do Congresso e sob a visão de todos. Mas é muito fácil ir à Internet e fingir que não houve a execução orçamentária e que houve discriminação a favor de "A", de "B" e ou de "C". É muito

fácil verificar um conjunto de liberações que obedecem à vontade do Congresso e dizer: “Não! Isso foi feito porque o Executivo queria obter tal ou qual vantagem”. Só que isso não é intelectualmente honesto. Não é intelectualmente honesto porque se está fazendo uma relação de causa e efeito onde isso não existe.

É, portanto, importante, e a imprensa pode ajudar muito nisso, explicar melhor ao País como é que se gasta, a partir dessas novas regras que o Congresso impôs ao País. Crescentemente, não há espaço para a chamada fisiologia, a menos que, como no regime militar, se proíba o congressista de apresentar e aprovar emendas, e se diz que só a tecnocracia e o Estado é que têm a capacidade de definir o gasto. Como se diz que, na democracia, o Congresso define o gasto, cabe ao Executivo executar esse gasto, desde que ele esteja, evidentemente, pautado pelas regras de responsabilidade dentro do orçamento. Cabe ao Executivo realizar esse gasto – e esse nunca é um gasto que dispense o convênio com a Prefeitura, o convênio com o estado, a verificação se já foi feita a obra, no caso do resto a pagar, se é possível liberar ou não. Então, porque fingir que as coisas não são corretas quando elas são? Se não o forem, está bem! Mas quando são, quando é fácil verificar se são, por que fazer esse escândalo do que não é escandaloso? Senão, o escândalo é o uso político da ética. Isso atrapalha a mudança de mentalidade. Isso atrapalha essa transformação. Mas eu compreendo que é parte dela, é parte dela. É um momento em que ainda existe de tal maneira o atavismo – me permitam repetir a expressão –, patrimonialismo brasileiro é presente, está presente, e é fácil imaginar que ele vai continuar para sempre, que toda linguagem do Estado é uma linguagem mentirosa. Mas nós temos que ter uma nova linguagem, não mentirosa. Já temos essa nova linguagem. Ela está nos números, mas não é qualquer um que mexe com eles. E é fácil embaralhá-los, de modo tal que possam dar a impressão de que a linguagem não é nova, de que a linguagem é velha.

É muito importante, portanto, porque faz parte – retomo o que disse a respeito do Bolívar Lamounier, e da preocupação daqueles que têm essa obsessão pela democracia – é muito importante que se entenda neste contexto, também, essa Lei de Responsabilidade Fiscal e, mais do

que ela, as novas práticas orçamentárias que nós estamos concretizando no Brasil. Faz parte deste processo de democracia, que é preciso ser exercido com responsabilidade. É preciso ser exercido de modo tal que não se utilize para não desmoralizar o que é bom, não se utilizem os próprios instrumentos de verificação democrática para servirem, distorcidamente, de instrumento de desmoralização daquilo que se está construindo pavorosamente e com muita persistência.

Acho, entretanto, que a despeito deste momento, que é de transição, esta lei, efetivamente, vai aumentar muito o controle social sobre o gasto. E vai aumentar muito o requerimento da sociedade na avaliação dos governantes. E não pode ser feita, também, a sua aplicação senão através disso, que disse o Ministro Martus: de uma interação permanente dos Tribunais de Contas com os órgãos que vão ser controlados, do Ministério Público com os órgãos que estão sendo controlados, da União com os governos estaduais, desses com os municípios, da União com os municípios. E, sobretudo, da sociedade com o conjunto dos executores do gasto público.

Permitam-me uma consideração adicional. Neste processo de redemocratização profunda no Brasil – eu não diria nem de redemocratização, mas de democratização, porque a sociedade se está democratizando – não é só a legislação eleitoral, não é só o Estado, embora o Estado também esteja, a sociedade está se democratizando. Nesse processo de reorganização, nós estamos descentralizando cada vez mais o Estado brasileiro, e o gasto público também. Crescentemente, a União é mera coletora de recursos que repassa aos estados e municípios. Quantas vezes vejo uma discussão mal posta de um braço de ferro entre estados e municípios por um lado e a União pelo outro. A União recolheu não sei quanto de imposto, se recolheu e fez o quê? Através do Ministério da Saúde e passou para SUS, fez convênios e passou recursos para os estados e os municípios. O Ministério da Educação fez a mesma coisa. Agora, através da reforma agrária, fará a mesma coisa. Nos vários âmbitos da Administração, a União é cada vez mais o setor do Estado que sinaliza, que define as políticas, que recolhe impostos, que fiscaliza, mas que repassa os recursos. E, por consequência, isso vai requerer, cada vez mais, uma sociedade que se organize

em nível local. Uma sociedade na qual os graus de controle que hoje existem, em nível federal, mesmo o controle da sociedade, o olho da mídia, que é muito importante para que a democracia se efetive, que esse olhar não se fixe só em Brasília, mas que seja um olhar que se disperse pelo Brasil, porque o gasto vai ser, crescentemente, executado no Brasil todo, dispersamente.

E é preciso entender também, pedagogicamente, que muitas vezes o município não está preparado, nem culturalmente, nem institucionalmente, para o exercício das funções que recebeu. Mas isso não pode ser fator inibidor desta mudança social, senão que deve ser um fator de, digamos, de motivação, para que se preste mais atenção, pedagógica, insisto, na reorganização do nível municipal e do nível estadual. Alguns municípios, muitos, alguns estados, muitos, estão avançados, estão, às vezes, à frente do Governo Federal em certas matérias. Mas ainda há muitos que não estão.

E nós não deveremos parar o processo democrático que implica essa descentralização administrativa, simplesmente porque aqui e ali vamos encontrar, como vamos encontrar, certamente, mau uso, desrespeito da lei, etc. Vamos ter que coibir e, ao mesmo tempo, explicar.

Nós estamos criando uma nova maneira de organizar o Estado brasileiro, a Administração Pública. Disse o Ministro Martus que as transferências espontâneas aumentaram, em termos reais, em 130% no meu governo. Centro e trinta por cento. Para quê? Para obter o apoio dos Governadores. Imagino que já disponho de bastante apoio. Aqui está um, pelo menos, que me apóia bastante. Para obter apoio dos Prefeitos – são 5.700. Eu nem os conheço a todos. E de pouco valeria o apoio para as questões que se decidem aqui. Não! Porque nós estamos convencidos de que é preciso, realmente, que haja essa capilaridade dos recursos e que haja uma nova forma de administrar, e que essa forma venha, realmente, reavivar a base da sociedade.

Disso nós vamos ter conseqüências políticas complexas. Aqui os cientistas políticos saberão avaliar muito mais do que eu, que já o fui, mas hoje sou só vítima deles. Por quê? Porque o Governo Federal vai ter cada vez menos controle sobre a execução dos programas. E vai ser cada

vez mais, costuma ser responsabilizado por aquilo sobre o que ele não tem controle. Só que para ele ter controle, se ele centralizasse, ele impediria esse processo democrático.

Então, outra vez, é o tributo a pagar dos reformadores. Vamos pagar o olhar de muitos que vão dizer: não faz nada. E vamos ver que muitos, em nível local, vão estar muito prestigiados, usando os recursos daqueles que dizem que não fazem nada. E usando as políticas daqueles que dizem que não fazem nada, e ganhando muito apoio das bases. O que fazer? Chorar? Reclamar? Explicar? Só num nível assim muito fechado. Não! Entender o papel histórico que nos cabe e avançar no processo de transformação do Brasil, no processo de democratização do Brasil.

Já fui além do que deveria ter dito, num momento em que nós temos que nos ater, realmente, sobre uma lei que é importantíssima nela mesma e que, realmente, redefiniu as nossas práticas, uma lei que vai nos permitir atravessar o ano que vem com maior comodidade, porque ela é muito rigorosa num ano eleitoral. E ser rigoroso em ano eleitoral, poupa o Presidente da República e seus Ministros de serem acusados do que não fizeram, pelas razões que já disse aqui, pelos desmandos que possam ocorrer independentemente da nossa vontade, das nossas mãos. Vai poupar-nos disso e vai impedir que haja a volta a práticas do passado, da utilização do recurso público, para benefícios privados. Nunca se impede totalmente, mas pelo menos vai se deixando aí alguns marcos nessa direção.

É uma lei, portanto, que, digamos assim, no plano da administração fazendária, corresponde ao tremendo esforço de democratização que este país está fazendo, e é um caminho para permitir que o Estado tenha um diálogo mais fluido, mais efetivo e mais construtivo com a sociedade.

Termino, portanto, agradecendo, outra vez, àqueles membros da sociedade civil que se dispuseram a estar aqui e a participar deste momento, que não é de celebração, é de incitamento a que façamos mais para que a gestão pública se afaste crescentemente das práticas do clientelismo, fisiologia e patrimonialismo.

Muito obrigado.